



THAISA SANTOS BARALE

PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

**GOIÂNIA
2024**

THAISA SANTOS BARALE

**PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica como requisito para obtenção do título de Mestre(a) em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes

Orientador(a): Professor(a) Dr.(a.) Ana Paula Salles da Silva

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Barale, Thaisa Santos
Práticas corporais indígenas na Educação Física escolar
[manuscrito] / Thaisa Santos Barale. - 2024.
XV, 50 f.

Orientador: Prof. Dr. Ana Paula Salles da Silva.
Produto Educacional (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2024.

Inclui mapas, fotografias, abreviaturas.

1. Práticas corporais. 2. Indígenas. 3. Educação Física. 4. escolar. I. Silva, Ana Paula Salles da, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano 2024, às 09h00, via teleconferência, foi realizada a Defesa da Dissertação intitulada **Os saberes das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar** e do Produto Educacional intitulado **Práticas corporais indígenas na Educação Física escolar**, pela discente **THAISA SANTOS BARALE**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestra em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Ana Paula Salles da Silva (PPGEEB /CEPAE/UFG) – presidente,

Profa. Dra. Fernanda Cruvinel Pimentel (PPGEEB /CEPAE/UFG) – membro interno,

Profa. Dra. Sissília Vilarinho Neto (FEFD/UFG) – membro externo.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Salles Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 25/10/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sissília Vilarinho Neto, Professora do Magistério Superior**, em 25/10/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Cruvinel Pimentel, Professor do Magistério Superior**, em 28/10/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4888101** e o código CRC **6CF69FB2**.

TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE Nº 001/2019)

Desenvolvimento de material didático e instrucional (propostas de ensino tais como sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual tais como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários, relatórios publicizados ou não, parciais ou finais de projetos encomendados sob demanda de órgãos públicos);

Especificação: (E-book)

DIVULGAÇÃO

- Filme
- Hipertexto
- Impresso
- Meio digital
- Meio Magnético
- Outros. Especificar: ____

FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Material Paradidático para fomentar uma apropriação crítica por parte de professores de Educação Física escolar acerca de saberes de práticas corporais indígenas que permitam qualificar sua atuação docente numa perspectiva intercultural.

PÚBLICO ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Exemplo: Professores de Educação Física do Ensino Fundamental

IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional apresenta:

- Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
- Médio impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.

Baixo impacto – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

Área impactada pelo Produto Educacional:

- Ensino
- Aprendizagem
- Econômico
- Saúde
- Social
- Ambiental
- Científico

O impacto do Produto Educacional é:

Real - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc.). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.

Potencial - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.

O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) **em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores** (inicial, continuada, cursos etc.)?

Sim Não

REPLICABILIDADE E ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido?

Sim Não

A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é

Local Regional Nacional Internacional

COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alta complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

Média complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

Baixa complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

Sem complexidade - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alto teor inovativo - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.

Médio teor inovativo - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Baixo teor inovativo - adaptação de conhecimento existente.

FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB

Cooperação com outra instituição

Outro. Especifique: _____

REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

Licença Creative Commons

Domínio de Internet

Patente

Outro. Especifique: _____

Informe o código de registro: <https://br.creativecommons>.

TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

Sim Não

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc.) ou ministrado em forma de oficina, mini-curso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:

Apresentação oral no X Seminário de dissertações PPGE. Universidade Federal de Goiás (UFG) Goiânia, 2024

O Produto Educacional foi publicado em periódicos científicos, anais de evento, livros, capítulos de livros, jornais ou revistas?

Sim Não

REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma **EduCAPES** com acesso disponível no link:

<http://XXXXXXX>

Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto,
na **Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG)**

(<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/>).

BARALE, Thaisa Santos. **Práticas corporais indígenas na Educação Física escolar**. 2024. Produto educacional relativo à Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

RESUMO

Este Produto Educacional, em formato de e-book, foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas com três grupos distintos: estudantes do ensino fundamental, professoras de Educação Física escolar e estudantes da licenciatura intercultural indígena do núcleo Takinahaky. Essas pesquisas permitiram a criação de um material de apoio para trabalhar com as práticas corporais indígenas na Educação Física escolar, considerando as dificuldades enfrentadas por professoras e alunos. O e-book, intitulado “Práticas Corporais Indígenas na Educação Física Escolar”, foi elaborado de forma colaborativa com cinco estudantes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás. O objetivo do produto foi promover uma apropriação crítica por parte dos professores de Educação Física escolar sobre os saberes das práticas corporais indígenas, qualificando sua atuação docente sob uma perspectiva intercultural. Este trabalho foi desenvolvido durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, entre os anos de 2021 à 2024. O produto final dessa pesquisa é a dissertação intitulada “Os Saberes das Práticas Corporais Indígenas na Educação Física Escolar”

Palavras-Chave: Práticas corporais. Indígenas. Educação Física. Escolar.

BARALE, Thaisa Santos. Indigenous Bodily Practices in School Physical Education. 2024. Educational product related to the Dissertation (Master's in Teaching in Basic Education) – Graduate Program in Teaching in Basic Education, Center for Teaching and Applied Research in Education, Federal University of Goiás, Goiânia, GO.

ABSTRACT

This Educational Product, in e-book format, was developed based on research conducted with three distinct groups: elementary school students, school Physical Education teachers, and students from the intercultural indigenous teaching degree at the Takinahaky center. These studies enabled the creation of a support material to work with indigenous bodily practices in school Physical Education, considering the challenges faced by teachers and students. The e-book, titled “Indigenous Bodily Practices in School Physical Education,” was collaboratively developed with five students from the Intercultural Indigenous Teaching Degree at the Federal University of Goiás. The aim of the product was to promote a critical appropriation by school Physical Education teachers of the knowledge of indigenous bodily practices, enhancing their teaching performance from an intercultural perspective. This work was developed during the Professional Master's in Teaching in Basic Education of the Stricto Sensu Graduate Program at CEPAE/UFG, between the years 2021 and 2024. The final product of this research is the dissertation titled “The Knowledge of Indigenous Bodily Practices in School Physical Education.

Keywords: Bodily practices. Indigenous. Physical Education. School.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Alguns aspectos da História do Brasil antes de ser Brasil	15
1.1 Quem eram os indígenas que habitavam Goiás?.....	17
1.2 Quem são os indígenas brasileiros? Povos originários do Brasil	21
2. Saberes de práticas corporais indígenas.....	29
2.1 Práticas corporais dos povos Ikpeng.....	30
2.2 Práticas corporais dos povos Kuikuro	32
2.3 Práticas corporais dos povos Krikati	35
2.4 Práticas corporais dos povos Xerente	37
2.5 Práticas corporais dos povos Kisedjê.....	40
2.6 Os saberes das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar	42
3. O caminho da integração reflexões sobre o presente, o futuro e a ancestralidade ..	43
3.1 Qual o cenário dos povos indígenas brasileiros nos últimos anos	45
Referencial bibliográfico.....	48

Introdução

Este é um instrumento de auxílio pedagógico, desenvolvido para colaborar com o trabalho dos professores de Educação Física, que pretendem desenvolver aulas com saberes das práticas corporais indígenas.

Sua elaboração é resultado de pesquisas desenvolvidas no decorrer do programa de pós-graduação (PPGEB-UFG), cujo tema desenvolvido foram os saberes das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar.

Para isso as pesquisas realizadas foram feitas em uma escola de ensino fundamental com anos finais, com as professoras de Educação Física que atuam nesta escola e com os estudantes de licenciatura intercultural indígena do núcleo Takinahaky da UFG.

A partir da análise das pesquisas pode ser traçado um caminho de conhecimentos que poderiam ajudar professores de Educação Física que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre as práticas corporais indígenas a poderem desenvolver aulas e sequências didáticas com o tema.

Desta forma, o capítulo 1 irá trazer um pouco dos conhecimentos sobre a História e culturas indígenas, pois é necessário que se contextualize, para que os conteúdos de matriz indígena não sejam trabalhados de maneira fragmentada.

O capítulo 2 irá abordar algumas práticas corporais de algumas etnias dos colaboradores da pesquisa.

O capítulo 3 fará reflexões sobre o papel destes conhecimentos na missão de integração dos indivíduos com o mundo, com a natureza e com sua ancestralidade, também faz uma breve explanação sobre os últimos acontecimentos no cenário nacional com os povos indígenas.

“Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.” Ailton Krenak (2020, p.14)

A importância de produzir e compartilhar saberes da cultura indígena, que por consequência da construção do mundo contemporâneo foram esquecidos e subjugados por outros conhecimentos é o que moveu esta pesquisa, como dito por Krenak, resgatar esta sabedoria ancestral pode reconectar os seres humanos a suas essências e quem sabe até *adiar o fim do mundo!*. Diante de uma sociedade cada vez mais programada para viver como consumidores, reaprender a “ser” e se compreender como parte de um todo é muito importante.

Os conhecimentos decoloniais são conhecimentos que emergem das lutas, resistências e reexistências dos povos e comunidades que foram subalternizados, silenciados e invisibilizados, pela colonialidade do poder, do saber e do ser. São conhecimentos que se situam em outros lugares de enunciação, que se constroem a partir de outras lógicas,

racionalidades e epistemologias, ou se orientam por outros princípios e valores, que se articulam com outras formas de vida e de mundo. (Walsh. C, 2013, p.23)

Pesquisar e ampliar os saberes da cultura indígena é um meio de reexistir, valorizando nossa própria história, pois este processo de invisibilização dos saberes da história e cultura indígena, atingem diretamente a educação escolar, necessitando de um trabalho de resgate destes conhecimentos e despertar da relevância destes saberes, tanto por parte dos professores como dos estudantes. Para o reconhecimento da relevância para a História do Brasil e para as Histórias individuais de cada brasileiro.

Para compreender um pouco mais sobre o assunto, te convido a assistir o curta metragem produzido em grupo, durante a disciplina do programa de mestrado, Orientação de contextos de educação escolar: O GRITO

Figura 1 - Imagem retirada do vídeo de curta metragem: O Grito



Fonte: <https://youtu.be/vstjEjUtFac>

1. Alguns aspectos da História do Brasil antes de ser Brasil

Ao abordar a História do Brasil, é essencial reconhecer que a narrativa tradicional, que inicia com a chegada dos portugueses, omite a presença milenar dos povos indígenas. Estes habitantes originários já compunham uma rica trama cultural e social muito antes do século XV. As hipóteses genéticas sobre a chegada dos primeiros seres humanos à América, conforme apresentadas por Funari e Noelli (2023), são cinco: a primeira propõe uma migração única para a Beríngia, há 30 mil anos, com uma passagem pelo corredor de Alberta, de populações Mongoloides que originaram os primeiros ameríndios; A segunda hipótese indica a existência de quatro levas migratórias, a começar de 20 a 14 mil anos; A terceira considera que teria havido para o continente sul-americano três migrações distintas provenientes da Sibéria: de Mongoloides (que originaram os ameríndios), de na-denes (que originaram os povos da América do Norte) e de esquimós de 11,9 e 4 mil anos. A quarta hipótese diz ter havido quatro ondas migratórias não na-denes do sul (20 mil), não na-denes do norte (20 mil), na-denes (10 mil); esquimós (8 mil), na-denes e esquimós (em 20 e 10 mil anos). A quinta hipótese defende que houve quatro ondas: mongoloides com Aplogrupos A, C e D (30 mil anos), Mongoloides com aplogrupos N (13.500 mil anos), mongoloides com dois tipos diferentes de características genéticas, na-denes (8mil anos) e esquimós.

A partir destas hipóteses pode-se perceber o panorama complexo e diversificado, que vai desde uma migração única até múltiplas ondas migratórias ao longo de milhares de anos, para a formação das populações originárias das Américas. Essas teorias desafiam a ideia simplista de "descobrimento" e reforçam a importância de uma visão mais inclusiva e abrangente da história, que valorize as contribuições indígenas para a formação do Brasil.

A narrativa histórica tradicional frequentemente negligencia a complexidade das migrações e a resistência indígena frente às adversidades impostas desde a chegada dos colonizadores europeus. A estimativa populacional de cinco a sete milhões de indígenas no Brasil, antes do contato com os europeus sugere uma sociedade vasta e diferenciada, com uma riqueza cultural imensa e sistemas sociais bem estabelecidos. A subsequente dizimação e o etnocídio, que reduziram drasticamente essa população, representam não apenas uma perda de vidas, mas também a supressão de um legado cultural valioso. Reconhecer essa história é fundamental para compreender a formação sociocultural do Brasil e para promover uma reconciliação com o passado, valorizando as culturas indígenas como parte integral da identidade nacional.

No contexto histórico brasileiro, os povos indígenas enfrentaram um processo de dizimação (genocídio) e violência cultural (etnocídio). Iniciado pelos portugueses e perpetuado pela população brasileira. O autor Munduruku retrata o processo civilizatório e o movimento indígena brasileiro em dois paradigmas, o exterminacionista e integracionista. Desde a chegada dos europeus o objetivo era a destruição em massa dos povos indígenas. Esse paradigma era alimentado pela ideia que os nativos eram povos “sem fé, sem lei e sem rei”. Então era senso comum acreditar que os nativos que aqui habitavam não tinham alma. (Munduruku, 2012).

O outro modelo integracionista, acreditava que os povos indígenas passavam por um processo de evolução em suas culturas, pensando que seu modo de viver era inferior ao dos povos colonizadores. Dessa forma acreditava-se que a cultura indígena logo seria incorporada à cultura de origem europeia.

A chegada dos europeus ao Brasil marcou o início de um período de intensas transformações para os povos indígenas que habitavam o território. A visão eurocêntrica, que via as culturas indígenas como inferiores e desprovidas de alma, legitimou práticas de violência e assimilação cultural. A redução da diversidade cultural a categorias simplistas como Tupi e Tapuia não apenas subestima a pluralidade de identidades e línguas, mas também apaga a história de resistência e adaptação desses povos. Ao longo dos séculos, apesar dos esforços de colonização e integração forçada, muitas comunidades indígenas mantiveram suas tradições, línguas e modos de vida, demonstrando uma resiliência extraordinária e uma capacidade de preservar sua identidade cultural diante de adversidades contínuas.

“Ao chegarem ao Brasil, os invasores europeus logo descobriram que grande parte do litoral bem como as partes do interior às quais se tinham mais acesso encontravam-se ocupadas por sociedades que compartilhavam certas características básicas, comuns à chamada cultura tupi-guarani. Contudo, a despeito das aparências de homogeneidade, qualquer tentativa de síntese da situação etnográfica do Brasil quinhentista esbarra imediatamente em dois problemas. Em primeiro lugar, a sociedade tupi permanecia radicalmente segmentada, sendo que as relações entre segmentos ou mesmo entre unidades locais frequentemente resumiam-se a ações bélicas. Referindo-se ao relacionamento entre grupo tupinambá e Tupiniquim do Brasil meridional...Em segundo, grande parte do Brasil também era habitada por sociedades não tupi, representando dezenas de famílias linguísticas distintas.” (Monteiro. M. J, p.22, 2022).

E ao longo dos anos da História do Brasil vemos uma população indígena que foi marginalizada e invisibilizada, tendo suas culturas ignoradas, sofrendo com a situação de miséria que muitos foram deixados nas tentativas de integrarem a vida urbana, apenas na constituição de 1988 houve a demarcação territorial para os povos indígenas. Mesmo com toda História de massacre e tentativas de acabar com os povos indígenas, eles resistiram e hoje o

movimento indígena brasileiro é forte atuante na sociedade, ajudando a vencer as barreiras de preconceitos e desconhecimento da população.

Tudo começou em meados da década de 1970, quando as lideranças indígenas ultrapassaram as esferas de suas próprias comunidades originárias. Até então, estas comunidades estavam voltadas muito mais para suas próprias necessidades e dificuldades de sobrevivência, como já afirmei. Para isso, procuravam resolver suas demandas em nível local, sem se envolverem – até por não terem acesso ao cenário nacional – por não terem acesso ao cenário nacional – com os problemas e dificuldades dos povos que estavam além de sua fronteira. (Munduruku, p. 46, 2012).

A trajetória dos povos indígenas no Brasil é marcada por uma resiliência extraordinária e uma capacidade de adaptação que desafia os séculos de adversidades. A emergência de um movimento indígena unificado e forte, que transcende as fronteiras das comunidades e se faz presente no cenário nacional, é um testemunho do poder da perseverança e da solidariedade entre esses povos. Com a consciência crescente de seus direitos e a habilidade de navegar nas complexidades da sociedade contemporânea, os povos indígenas não apenas sobrevivem, mas também prosperam, contribuindo de forma significativa para a diversidade cultural, o conhecimento ambiental e a riqueza social do Brasil. A história de luta e resistência dos povos indígenas continua a ser escrita, com cada capítulo reafirmando sua vitalidade e importância inabalável para o tecido da nação brasileira.

Trazer esta consciência de um outro olhar histórico para a História do Brasil se torna essencial para o resgate dos conhecimentos de matriz indígena, quando se tem como objetivo ampliar os conhecimentos sobre os povos originários de maneira crítica, este tópico pretende chamar a atenção para esta necessidade, entendendo que necessita de um estudo e análise aprofundada para que esta História do Brasil com foco central nos povos originários seja desenvolvida.

1.1 Quem eram os indígenas que habitavam Goiás?

Como mencionado anteriormente, este trabalho surgiu a partir dos estudos sobre decolonialidade. Um dos objetivos deste ebook é auxiliar professores de Educação Física que desejam trabalhar com práticas corporais de matriz indígena, mas não sabem por onde começar. Acredita-se que, ao conscientemente disseminar esses conhecimentos, estaremos mais próximos de uma educação decolonial.

Compreender, pesquisar e valorizar a história local são passos essenciais para nossa própria valorização e reconhecimento, bem como para fortalecer nossa identidade. Nesse contexto, apresento um pouco da história dos indígenas em Goiás, região na qual a pesquisa

que deu origem a este material foi desenvolvida. Conhecer quem habitava essa região no passado e quem são os indígenas que ainda vivem aqui é fundamental para compreender e ressignificar nossa identidade. Embora a pesquisa não tenha abrangido todas as etnias, entrevistei um representante da etnia Xerente, o que considero relevante para entender os povos que habitavam nosso estado e o que tem acontecido com eles.

Antes de tudo, é importante lembrar que o nome do estado de Goiás está relacionado à etnia Goyases. De acordo com Palacín (1994), Ledonias Franco Garcia e Janaína Amado, documentos elaborados pela pesquisadora Dulce Maria Pedroso apontam as seguintes etnias que habitavam Goiás naquela época:

- _ Caiapós: uma nação bravíssima, residente nas aldeias Maria e São José, ao sul de Vila Boa.
- _ Xavantes: uma nação mais feroz e numerosa, residente na aldeia do Carretão, entre os rios Araguaia e Tocantins.
- _ Goyazes: uma nação mais branca que os índios da capitania de Goiás, habitantes das vizinhanças da Serra Dourada.
- _ Crixás: povos ferozes que habitavam o local onde se fundou o arraial de Crixás.
- _ Araés: habitantes debaixo do Rio das Mortes.
- _ Canoeiros: uma nação cruelíssima e muito belicosa, que navegava em canoas pelos rios Tocantins, Paranã, Manoel Alves e Barra da Palma.
- _ Apinagés: situados em cinco aldeias junto à Cachoeira de Santo Antônio, no Araguaia.
- _ Capepuxis: uma nação preguiçosa, com aldeias próximas ao rio Araguaia.

Em resumo, o território que hoje é Goiás era habitado por uma grande diversidade de povos indígenas, que infelizmente passaram por um verdadeiro extermínio ao longo da história. Registros históricos indicam que, durante o ciclo do ouro¹ (principalmente entre 1751 e 1778), as tribos indígenas eram numerosas no território goiano, apesar das repetidas expedições das

¹ O ciclo do ouro foi um período da história colonial do Brasil, durante o século XVIII e XIX. Nesse período, a mineração de ouro se tornou a principal atividade econômica, que se concentrou principalmente nas regiões de Minas Gerais e Goiás. A riqueza gerada pelo ouro atraiu imigrantes de Portugal e paulistas para estas regiões, aumentando a população e urbanizando estes locais, o ciclo do ouro influenciou a sociedade brasileira como um todo, desde a exploração do trabalho escravo até a cultura e a arte. As consequências da riqueza gerada pelo ouro, afetou a economia brasileira e a relação com Portugal. (Boxer.C.S, 1963).

bandeiras. Silva e Souza menciona 20 tribos diferentes “entre as nações selvagens habitantes da capitania de Goiás”.

Em resumo, houve uma drástica redução da população indígena em pouco tempo, ocorrida pela combinação de diversos fatores, pelos conflitos e violência durante as expedições de entradas e bandeiras, pela escravização das populações que resultavam em condições degradantes de vida, pelas doenças epidêmicas, pela desestruturação cultural e pela desapropriação territorial, o que levou as condições de marginalização da população. Além disso vale lembrar que o estado do Tocantins fazia parte de Goiás, e a diversidade de etnias diminuiu no estado de Goiás. Somente após a Constituição de 1988, com a demarcação das Terras Indígenas, houve transformações significativas. (Povos Indígenas em Goiás-Secretaria de Estado da Cultura, 2012)

Atualmente, Goiás abriga três comunidades indígenas aldeadas: os Tapuias (nos municípios de Rubiataba e Nova América), os Yny Karajá (em Aruanã) e os Avá-Canoeiro (em Minaçu). Além disso, indígenas que não vivem em aldeias estão espalhados por diversos municípios, incluindo a capital, onde existe a União dos Indígenas Residentes em Goiânia (Unirg). (ISA-Instituto socioambiental, 2022).

O processo de colonização foi um dos principais fatores que levaram à dizimação dos povos indígenas no estado de Goiás. Essa dizimação ocorreu tanto por meio das entradas (expedições de portugueses e espanhóis) quanto pelas bandeiras (expedições paulistas). No entanto, além da colonização, outro motivo significativo para a drástica diminuição da população indígena em Goiás foi a assimilação à sociedade não indígena. Muitos indígenas perderam sua identidade cultural ao se integrarem a essa sociedade.

Os povos indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, foram obrigados, por força da repressão física e cultural, a reprimir e a negar suas culturas e identidades como forma de sobrevivência diante da sociedade colonial que lhes negava qualquer direito e possibilidade de vida própria. Os índios não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo forçado de integração e assimilação à sociedade nacional. Os índios que sobrevivessem às guerras provocadas e aos massacres planejados e executados deveriam compulsoriamente ser forçados a abdicar de seus modos de vida para viverem iguais aos brancos. (BANIWA, P.41, 2006)

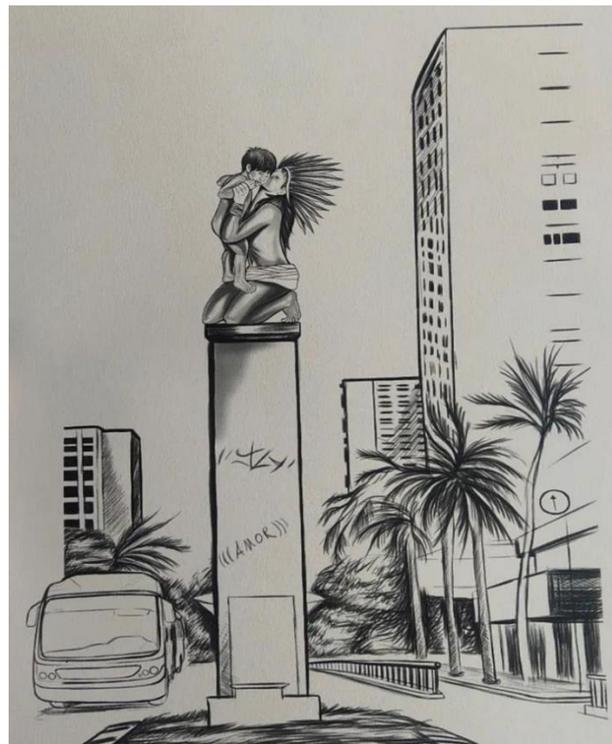
É importante destacar que houve um processo de silenciamento desses povos. Mulheres indígenas frequentemente tinham filhos com não indígenas e eram proibidas de criá-

los dentro de sua própria cultura. Isso resultou na perda da língua materna e do nome indígena para muitos descendentes. Como resultado, grande parte da população desconhece sua ancestralidade indígena.

...Eles foram forçados a abdicar de suas culturas, tradições, de seus valores e saberes porque eram considerados inferiores, satânicos e bárbaros (ou seja, eram considerados como sinônimo de atraso, o que os impedia de entrar no mundo civilizado, moderno e desenvolvido) e para poderem se tornar gente civilizada, moderna e desenvolvida. Eles foram obrigados a acreditar que a única saída possível para o futuro de seus filhos era esquecer suas tradições e mergulhar no mundo não-indígena sem olhar para trás. (BANIWA, 2006, p 40)

Além das guerras e doenças que contribuíram para a extinção, a marginalização também afetou a população indígena, levando à fome e à miséria e, conseqüentemente, à diminuição populacional. (Baniwa, 2006).

Figura 2- Imagem retirada do instagram do artista: José Alecrim



“Neste dia, relembro dos meus antepassados, penso nos mais velhos de minha família e agradeço por sua vida, por sua presença, suas histórias e resistência.” (Urucum. Alecrim; Goiânia, Goiás, Brasil)

Na obra do artista José Alecrim (Figura 2), podemos fazer uma reflexão crítica sobre um monumento da cidade de Goiânia, no monumento original é uma estátua do Anhanguera, paulista que chega no estado em busca de ouro, onde conta a História que ele ludibria e ameaça

os indígenas que habitavam próximos ao Rio Vermelho, afluente do Araguaia para que eles o mostrem onde estava o ouro, colocando fogo em um pouco de álcool e ameaçando colocar fogo no rio inteiro. Anhanguera significa “Diabo Velho” no local do Anhanguera José Alecrim coloca uma mulher indígena e seu filho, em um beijo amoroso, ressignificando uma história que privilegiou tanto os colonizadores. Esta imagem foi retirada do instagram do artista, juntamente com sua legenda.

1.2 Quem são os indígenas brasileiros? Povos originários do Brasil

Prezados parentes indígenas, não tem sido muito fácil para nossos povos viverem uma vida digna em terras brasileiras desde a chegada dos europeus, no séc. XVI. Desde essa época a compreensão a respeito de nossa história e de nossa cultura tem sido relevada a um patamar pouco dignificante. (Munduruku.D, p.15, 2006)

Os povos originários do Brasil têm uma história rica e diversificada que remonta a milhares de anos antes da chegada dos europeus. De acordo com Eremites (2012) a historiografia eurocêntrica data o descobrimento do Brasil em 1500, na chegada do almirante Pedro Alves Cabral no litoral da Bahia.

[...]A este tipo de situação, penso que seria mais apropriado chamar de historiografia colonialista, pois este encobrimento tem a ver com múltiplas estratégias de deliberadamente ignorar e omitir o fato de os indígenas serem atores sociais plenos. E mais, que são sujeitos e protagonistas da história deste continente desde muitos milênios antes dos invasores europeus cruzarem o Atlântico em suas caravelas. (Eremites, p.187, 2012)

Antes do contato com os colonizadores, estima-se que havia mais de 1.000 nações indígenas habitando o que hoje é o território brasileiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) a estimativa é que havia mais de 2000000 de indígenas habitando o território. Esses números são variáveis de acordo com diferentes fontes, pois esses dados não são seguros, já que se sabe muito pouco sobre a História indígena. Ainda que hoje exista um avanço através do resultado de diversas áreas de estudo, a arqueologia, a etnologia, a história, a antropologia... que se interconectam para ampliarem estes conhecimentos, estes se tornam ainda mais complexos quando se leva em consideração as diferentes historicidades e a diversidade sociocultural. Eremites (2012)

O que se sabe sobre o modo de vida povos indígenas que habitavam o Brasil vem dos relatos de viajantes e aventureiros, e que muitos destes hábitos de vida se transformaram ou se

perderam no momento do contato europeu, muitas etnias sofreram extinção como consequência do assentamento europeu, e muitas foram assimiladas à população brasileira. “Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe”. (Cunha, 1992, p.11)

Grande parte da população indígena foi dizimada por doenças trazidas pelos europeus, diminuindo de um pico pré-colombiano de 2 a 3 milhões para cerca de 300.000 em 1997, distribuídos entre 200 tribos.

[...] Mas não foram só os microorganismos os responsáveis pela catástrofe demográfica da América. O exacerbamento da guerra indígena provocada pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, as fugas para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes [...], a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios (Cunha, 1992, p.12-14)

Os povos indígenas, vítimas de um passado apagado, enfrentaram processos de extermínio e integração à sociedade. Isso resultou na perda de suas identidades, culturas e línguas. Infelizmente, a visão geral da sociedade brasileira sobre quem são os indígenas frequentemente oscila entre o desconhecimento total e estereótipos, retratando-os como habitantes das florestas que vivem da caça e pesca.

É crucial lembrar que os direitos conquistados por meio das lutas indígenas são recentes. Somente na Constituição de 1988 ocorreu a demarcação das Terras Indígenas (TIs), fundamentais para a preservação de suas culturas.

Devemos reconhecer a diversidade: não se trata apenas de “indígenas” genericamente, mas sim de etnias distintas com culturas, religiões e modos de vida particulares. Embora muitos vivam em aldeias localizadas em TIs espalhadas pelo território nacional, uma parte significativa também reside nas cidades. Esses indígenas urbanos não deixam de manter suas raízes e reforçar sua identidade, desafiando o mito da aculturação. Esse mito sugere que aqueles que não vivem nas áreas florestais perderam sua cultura ancestral.

Para uma visão esclarecedora sobre os indígenas no Brasil hoje, recomendo assistir ao vídeo abaixo:

<https://youtu.be/repPmoz8ozQ?si=KjdcfR3U52CqMywf> (vídeo disponível no canal: O tal Luís Felipe).

Os povos indígenas possuem culturas ricas e complexas, moldadas pelas relações entre si e com o ambiente ao longo da história. No entanto, essa história foi profundamente alterada pela colonização. Felizmente, os próprios povos indígenas estão resgatando essa história por meio de lutas, respeito e resistência.

É fundamental reconhecer que os povos indígenas já habitavam as terras colonizadas pelos portugueses antes da formação do Brasil. Eles são considerados “originais” ou “nativos” por estarem aqui antes da ocupação europeia. No entanto, a narrativa histórica brasileira foi predominantemente colonialista, focando no momento da chegada dos colonizadores. Por muito tempo, esses povos foram chamados de “índios”.

Segundo Eremites (2012), o termo “índio” adquiriu uma nova conotação: “Hoje em dia, expressa uma identidade comum ou ‘indianidade’ para os povos originários que habitam as Américas”. A expressão “índio” originou-se de um erro dos colonizadores, que acreditavam estar chegando à Índia. O poema de Márcia Kambeba (2020) esclarece essa questão de forma eloquente.

Figura 3 – Foto da autora Marcia Kambeba



Fonte: <https://www.flip.org.br/autores/marcia-kambeba/>

Índio eu não sou
Não me chame de “índio” porque
Esse nome nunca me pertenceu

Nem como apelido quero levar
Um erro que Colombo cometeu.

Por um erro de rota
Colombo em meu solo desembarcou
E no desejo de às Índias chegar
Com o nome de “índio” me apelidou.

Esse nome me traz muita dor
Uma bala em meu peito transpassou
Meu grito na mata ecoou
Meu sangue na terra jorrou.

Chegou tarde, eu já estava aqui
Caravela aportou bem ali
Eu vi “homem branco” subir
Na minha Uka me escondi.

Ele veio sem permissão
Com a cruz e a espada na mão
Nos seus olhos, uma missão
Dizimar para a civilização.

“Índio” eu não sou.
Sou Kambeba, sou Tembé
Sou kokama, sou Sataré
Sou Guarani, sou Arawaté
Sou tikuna, sou Suruí
Sou Tupinambá, sou Pataxó
Sou Terena, sou Tukano
Resisto com raça e na fé.
(Kambeba, 2020, p. 27)

Nesse contexto, a compreensão dos povos indígenas requer que abandonemos visões generalistas e estereotipadas. No capítulo 2, abordaremos as etnias, a diversidade cultural e as distintas línguas indígenas.

Atualmente no Brasil, de acordo com o censo do IBGE (2022), 1.693.535 brasileiros se classificaram como indígenas, e o mesmo censo registrou 274 línguas indígenas pertencentes a 304 grupos étnicos diferentes. (gov.br)

Ainda assim com toda essa diversidade os conhecimentos sobre os indígenas brasileiros são limitados, genéricos e pouco difundidos.

O mapa abaixo traz a noção da quantidade de etnias presentes nas diferentes regiões brasileiras, ainda incompleto, sendo estas apenas algumas:

Figura 4



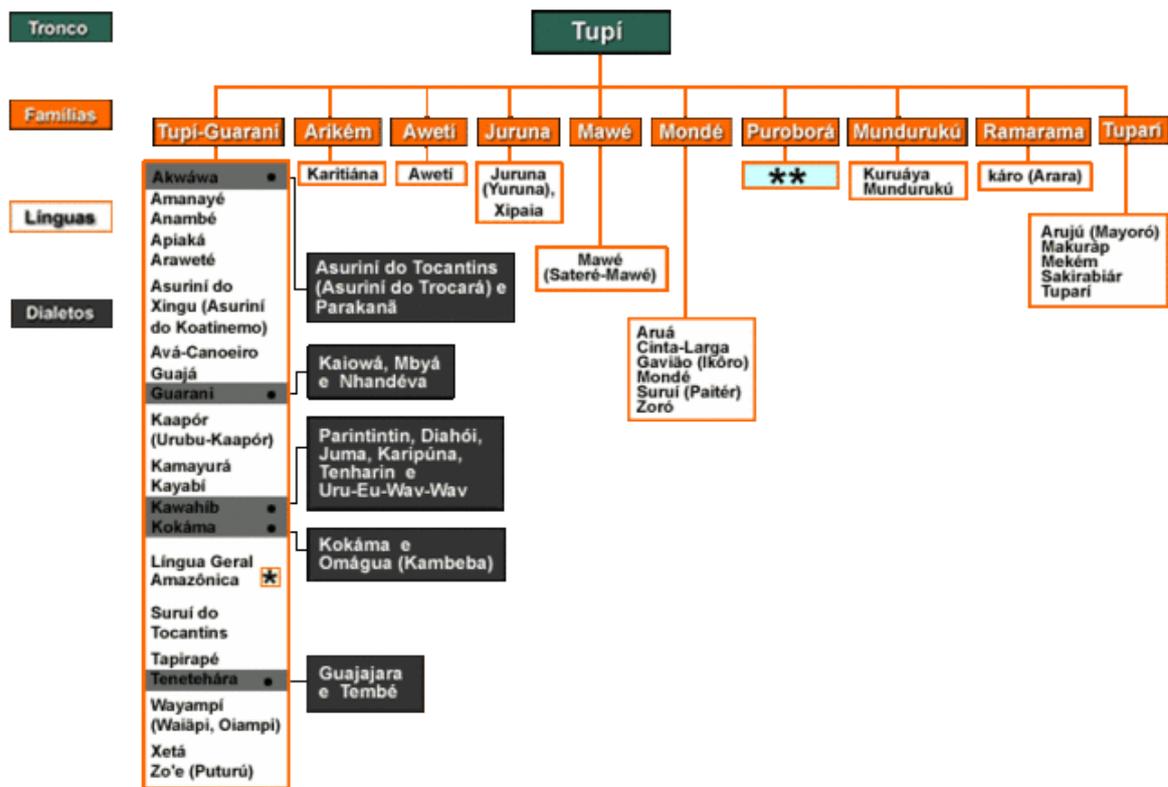
Imagem disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/mapas/>

Ter o conhecimento da riqueza cultural e dos modos de vida dos povos indígenas é fundamental para o desenvolvimento da interculturalidade crítica. No entanto, muitas vezes, os estereótipos que são propagados pela falta de conhecimento sobre os povos originários do Brasil, geram preconceitos que obscurecem nossa visão sobre essas comunidades.

Para avançar, precisamos reconhecer a importância de preservar e valorizar as tradições, línguas e saberes indígenas. Isso envolve não apenas aprender sobre suas histórias passadas, mas também ouvir suas vozes no presente.

É responsabilidade de nós, professores, promover uma educação mais abrangente e precisa sobre os povos indígenas. Devemos ampliar o acesso a informações autênticas e respeitadas, para que possamos construir pontes de entendimento e solidariedade.

FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS DO TRONCO TUPI



- ★ Língua Geral Amazônica (Nheengatú) É Amazônica para distinguir da outra Língua Geral, a Paulista, agora já extinta; Nheengatú é um nome um tanto artificial, que lhe deu mo Gen. Couto de Magalhães em seu livro de 1.876 - O Selvagem.
- ★★ Puroborá (é um povo cuja língua há documentos dos anos 20 (Th.Koch-Grünberg) e dos anos 50 (W.Hanke) e de que há ainda alguns remanescentes dispersos de Porto Velho até o Guaporé e o pessoal do Setor Linguístico do Museu Goeldi tem contactado alguns e gravado dados linguísticos)

Imagem retirada dos ISA-povos indígenas do

Brasil/<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas#:~:text=No%20que%20diz%20respeito%20%C3%A0s,possam%20ser%20agrupadas%20em%20truncos.>

FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS DO TRONCO MACRO-JÊ

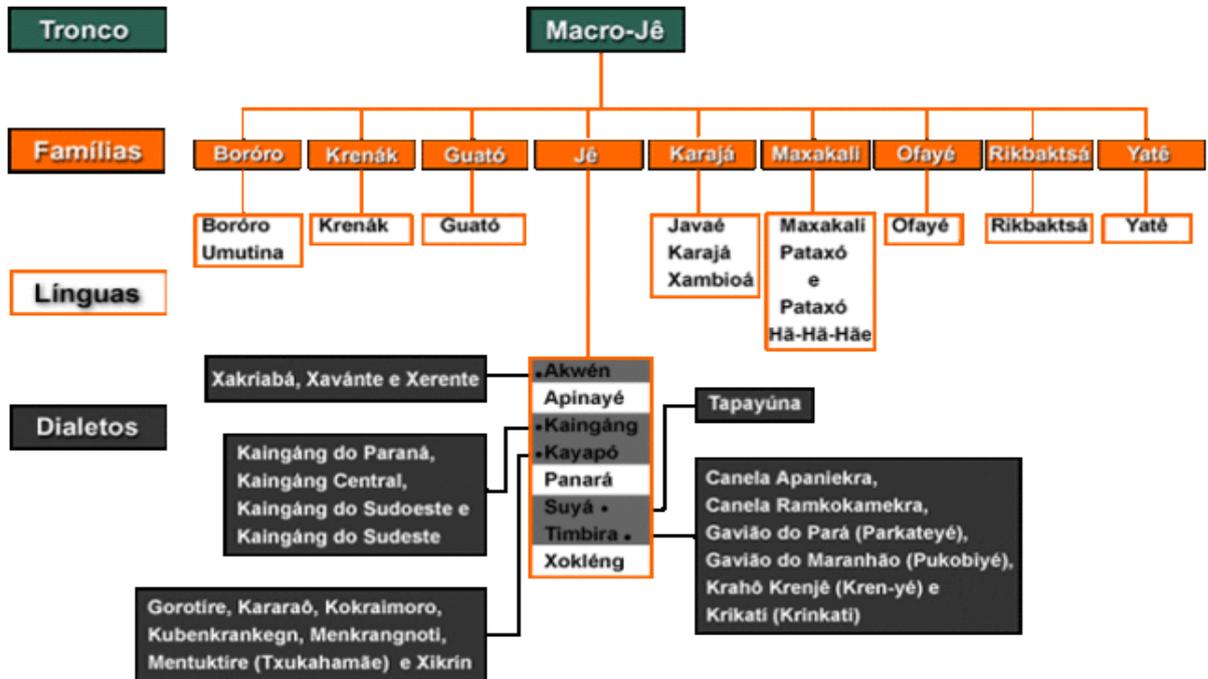


Imagem retirada dos ISA-povos indígenas do Brasil/<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas#:~:text=No%20que%20diz%20respeito%20%C3%A0s,possam%20ser%20agrupadas%20em%20tronc>

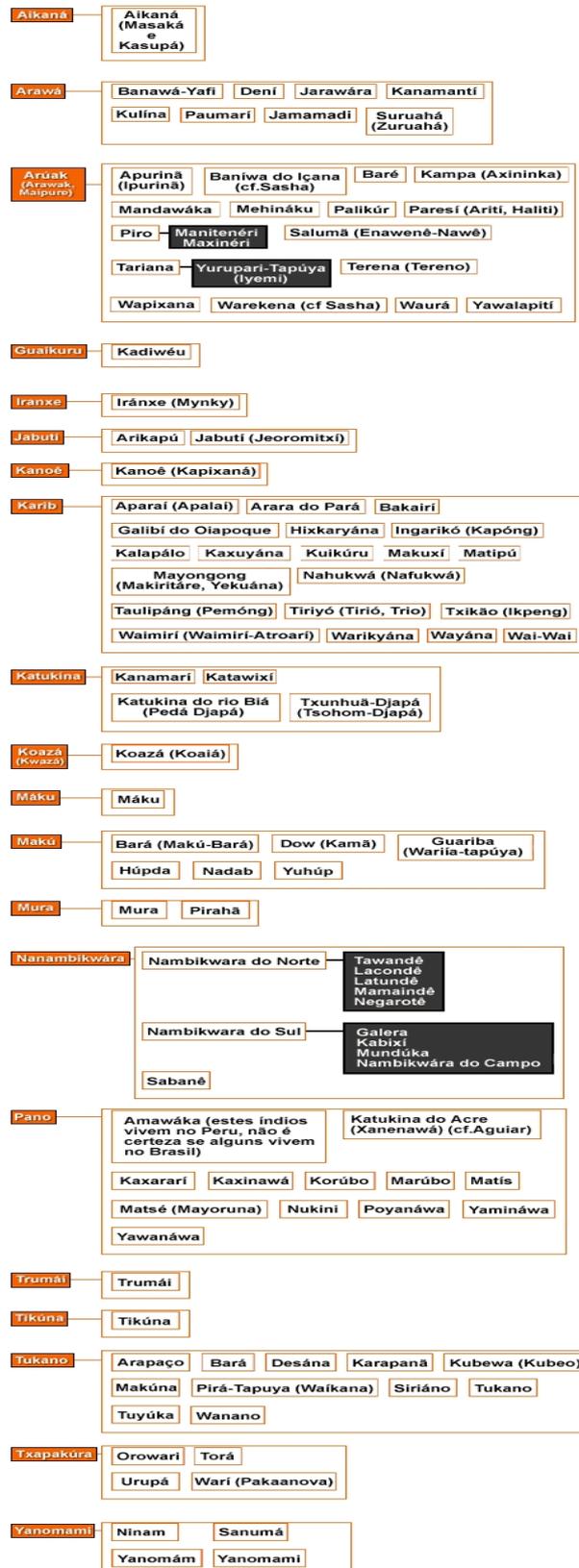


Imagem retirada dos ISA-povos indígenas do Brasil/<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas#:~:text=No%20que%20diz%20respeito%20%C3%A0s,possam%20ser%20agrupadas%20em%20troncos.>

2. Saberes de práticas corporais indígenas

Figura 5



Foto: Hilda Azevedo/Funai disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/huka-huka-a-luta-corporal-do-xingu-contribui-para-manter-viva-a-cultura-indigena-no-mato-grosso>

As práticas corporais indígenas brasileiras são uma expressão da cultura e da história dos povos originários do Brasil. Essas práticas, que incluem jogos e brincadeiras, danças, lutas e outras formas de expressão física, são fundamentais para a transmissão de valores, conhecimentos e tradições entre gerações. Elas também são um meio de resistência cultural e afirmação da identidade indígena. Através dessas atividades, os povos indígenas celebram sua conexão com a terra, a natureza e seus ancestrais, reafirmando seu lugar no mundo contemporâneo e sua relevância para a sociedade brasileira em geral. No contexto educacional, tanto em escolas indígenas quanto não indígenas, elas podem contribuir significativamente para o enriquecimento do currículo de educação física e para a promoção de uma maior compreensão intercultural. Neste capítulo serão abordadas as práticas corporais de quatro etnias, que correspondem as etnias de indígenas participantes da pesquisa que deu origem a este material didático.

2.1 Práticas corporais dos povos Ikpeng

Os Ikpeng habitam a região do Mato Grosso, região que compõe o Xingu, de acordo com Siasi/Sesai, 2020 tem uma população de 584 pessoas, sua família linguística é a língua Karib.

Os Ikpeng vieram para a região dos formadores do Xingu no início do século XX, quando viviam em estado de guerra com seus vizinhos alto-xinguanos. O contato com o mundo não indígena foi ainda mais recente, no início da década de 60, e teve consequências desastrosas para sua população, e foi reduzida em menos da metade em razão de doenças e morte por armas de fogo. Foram então transferidos para os limites do parque indígena do Xingu. (texto disponível em pib.socioambiental.org)

Para compreender um pouco mais sobre estes povos clique no link indicado na fonte da figura 1, você será direcionado a um vídeo que apresenta um pouco do dia a dia das crianças Ikpeng.

Figura 6 – Imagem do Vídeo Cineastas Indígenas para jovens e crianças



Fonte: Vídeo na Aldeias - <https://youtu.be/28r1cj0xwEs?si=HoQtQMCpU1kNszHE>

As práticas corporais destes povos, estão imbricadas nas suas atividades diárias, o contato com a natureza, a proximidade do rio, as atividades de pesca e caça, faz com que o movimento seja parte fundamental destas pessoas, crianças e adultos.

A entrevista com estudante indígena Ikipeng oferece uma visão detalhada sobre a cultura e práticas corporais a terra indígena do Xingu. Na análise desta entrevista pode-se destacar os pontos principais:

Cosmologia² e Espiritualidade: A figura do Pajé é central na cosmologia dos povos Ikipengs, atuando como um mediador entre o espiritual e o humano e sendo responsável pela cura e bem-estar espiritual da comunidade.

Práticas Tradicionais e Cotidianas: As atividades físicas tradicionais são integradas ao cotidiano da comunidade, como parte do trabalho coletivo, e não como exercícios de ginástica isolados. Isso reflete uma abordagem holística à atividade física, incorporada nas tarefas diárias de plantio, colheita, caça e pesca.

Danças e Jogos: A dança Moygno, uma festa de tatuagem, é destacada como uma prática cultural significativa e parte da identidade do povo do entrevistado. As regras e o respeito pelo processo são enfatizados, assim como a existência de jogos tradicionais como a peteca, que são praticados em momentos específicos, como durante a época do milho.

Educação Bilingue e Mudança Cultural: O entrevistado menciona que estudou em uma escola indígena com educação bilingue, onde anteriormente as práticas não indígenas, como o futebol, eram mais comuns. No entanto, houve uma evolução para incluir práticas tradicionais indígenas dentro dos conhecimentos escolares da escola indígena do povo Ikipeng.

Sendo assim, pode-se concluir que a espiritualidade dos povos Ikipengs, as práticas tradicionais, as atividades físicas que são integradas ao cotidiano coletivo, danças como a Moygno e jogos como a peteca, são integradas e desempenham um papel vital na identidade e na preservação cultural desse povo. A educação bilíngue também tem evoluído, incorporando conhecimentos tradicionais indígenas na escola, promovendo uma abordagem mais holística e inclusiva, ampliando propostas que são interculturais. Para visualizar a dança Moygno assista o vídeo abaixo, onde foi filmado este momento:

<https://youtu.be/fGIGdMkgWzA?si=PcGno4FeS-Y4CcUg> (vídeo disponível no canal: Mutua Thicão)

Já o jogo de Peteca foi citado por etnias diferentes, nas pesquisas feitas no formato de questionário, mas com variações de formas de se jogar, assim como variação nos momentos em que são jogadas, em algumas etnias em momentos de determinadas festas, celebrações, como no caso da etnia Gavião que a estudante K revela ser feito no momento de festa do milho, na

² Cosmologia é o estudo da origem, composição e evolução do Universo. Originada do grego antigo, a palavra “cosmologia” combina “cosmos” (que significa “Universo”) com “logos” (que se refere à razão e organização racional).

colheita, onde usam as palhas do milho para feitura do brinquedo, que é jogado por todos, adultos e crianças. O vídeo abaixo traz um pouco da Peteca, mas sobre a visão de outra etnia:

<https://youtu.be/EyfCTPdKGKQ?si=ZugyUNxtFSirzJpp> (vídeo disponível no canal Cadu de Castro)

2.2 Práticas corporais dos povos Kuikuro

Os povos Kuikuro se localizam no Alto Xingu, sua língua é a Karib. Na entrevista realizada com estudante indígena desta etnia ofereceu uma perspectiva rica sobre a vida e a cultura do povo Kuikuro. Onde destaco os seguintes pontos principais:

Identidade e Nomeação: O entrevistado discute a origem do nome Kuikuro, que foi adaptado pelos não indígenas devido à dificuldade de pronúncia na língua Karib. Isso destaca a importância da linguagem e da comunicação na preservação da identidade cultural.

História e Antropologia: A menção ao primeiro contato com antropólogos e a mudança do nome da aldeia anterior, Oti-otamo, reflete as interações entre os povos indígenas e os acadêmicos, e como essas interações podem influenciar a narrativa histórica. O que tanto se faz positivo no sentido que o trabalho de pesquisadores, acadêmicos e antropólogos nos permite conhecer e interpretar estas culturas, mas em contrapartida a alteração do nome da aldeia evidencia como as perspectivas externas podem moldar a compreensão da história e identidade desses povos.

Sustentabilidade e Tradição: As atividades diárias descritas pelo entrevistado, como a roçada, pesca, caça e construção de casas, demonstram uma conexão profunda com a terra e a sustentabilidade. A prática de plantar mandioca e produzir polvilho para alimentação ao longo do ano ilustra a autossuficiência e a importância das tradições agrícolas.

Estrutura Social e Educação: A divisão de tarefas entre homens e mulheres e o envolvimento das crianças nas atividades diárias mostram uma estrutura social onde todos contribuem e aprendem desde cedo. Isso enfatiza a educação prática e a transmissão de conhecimento através da experiência direta.

Alimentação e Horários: A flexibilidade nos horários de alimentação contrasta com a rigidez urbana e reflete uma adaptação ao ambiente natural e aos recursos disponíveis.

Pela entrevista realizada percebe-se que possuem um cuidado diferente com o corpo. Eles praticam a arranhadura, uma maneira de fortalecer o corpo, com suas ervas. Ou seja, existe um conhecimento ancestral sobre a fauna nativa que o ajudam em suas práticas.

Impacto dos Alimentos Industrializados: A chegada de alimentos industrializados na aldeia é vista como prejudicial, especialmente em relação aos rituais que exigem dietas específicas. A entrevista expressa preocupação com o impacto negativo desses alimentos na saúde e nas práticas espirituais.

Preservação da Cultura: A entrevista revela uma tensão entre a preservação das tradições e a adaptação ao mundo moderno. A necessidade de respeitar os remédios e práticas espirituais tradicionais é enfatizada, assim como os riscos de não seguir essas tradições.

Desafios da Interculturalidade: O entrevistado menciona os desafios enfrentados pela comunidade indígena ao equilibrar suas tradições com as influências externas, destacando a complexidade de manter a identidade cultural em um mundo em constante mudança.

Em resumo, a entrevista reflete os desafios e as adaptações que a comunidade indígena enfrenta ao integrar práticas educacionais e de saúde não indígenas, mantendo ao mesmo tempo suas tradições e valores culturais. É um testemunho da resiliência e da capacidade de adaptação, mas também um lembrete da importância de proteger e respeitar as práticas ancestrais

A prática corporal mais significativa de acordo com a entrevista, foi a Luta Huka-huka, por isso para ampliar os conhecimentos sobre eles e abordar as práticas corporais irei tratar da luta Huka-huka. Que começa desde a:

Preparação para a Luta Huka Huka: A descrição do aquecimento e do uso de óleo antes da luta huka huka mostra a importância da preparação física e do respeito pelas tradições ancestrais. A luta é um símbolo de força e respeito, onde o vencedor é honrado e o perdedor é incentivado a melhorar. Outros aspectos importantes que foram apresentados foram:

Figura 6



Fonte: <https://jornalistaslivres.org/huka-huka/>

Inclusão nas Festividades: As festas mencionadas são momentos de inclusão e participação comunitária, onde todos, independentemente do gênero, têm um papel. A única exceção é uma festa específica para mulheres, o que indica uma consideração pelas diferenças entre os sexos em certos aspectos culturais.

Práticas Tradicionais vs. Modernas: A descrição das práticas tradicionais, como a luta de Huka-huka e rituais de passagem, contrasta com a adoção de práticas modernas como exercícios com pesos e corrida. Isso indica uma fusão de tradições com influências contemporâneas.

Transição Educacional: A entrevista destaca uma mudança significativa na educação indígena, onde antes o conhecimento era transmitido oralmente dentro de casa, e agora há uma integração com a educação não indígena. Isso reflete um ponto de inflexão cultural, onde as crianças começam a aprender português e outros conteúdos através de professores indicados pela comunidade.

Educação Física e Socialização Infantil: As brincadeiras infantis, como segurar o ar e correr com uma perna só, não são apenas formas de diversão, mas também métodos de ensino sobre o corpo e a respiração. Os pais desempenham um papel ativo na educação física das crianças, buscando conselhos de outros com corpos fortes.

Integração Cultural na Educação: A entrevista sugere que a inclusão de práticas indígenas na educação não indígena poderia ser benéfica, promovendo uma troca cultural. As corridas e lutas citadas poderiam ser incorporadas como atividades físicas nas escolas.

Ensino de Danças Indígenas: A possibilidade de ensinar danças indígenas fora do contexto ritualístico indica uma abertura para compartilhar a cultura indígena com um público mais amplo, o que pode enriquecer a educação não indígena e promover a compreensão intercultural.

Em resumo, a entrevista destaca a riqueza das práticas corporais indígenas e a potencial contribuição dessas práticas para a educação não indígena. A ênfase na preparação física, na inclusão comunitária e na transmissão de conhecimento através de atividades lúdicas são aspectos valiosos que poderiam ser adaptados para enriquecer o currículo escolar não indígena.

Esta entrevista está disponível no endereço:

<https://youtu.be/Xvrrlj1eQkQ?feature=shared>

A Luta Huka Huka, que foi apresentada pelo estudante indígena como importante demonstração da prática corporal de sua etnia, é uma prática de matriz indígena que pode ser adaptada ao ambiente escolar não indígena, onde os estudantes poderão aprender mais sobre as etnias que praticam essa luta, em quais momentos, ampliando os conhecimentos culturais sobre diferentes etnias e proporcionando também a vivência desta prática. Logo no link abaixo, o vídeo com demonstrações da Luta Huka-huka, no ambiente indígena na aldeia multiétnica:

https://youtu.be/wONaFbDeOOo?si=zfoU_B17LEIn2sgm (vídeo disponível no canal: encontro de culturas)

Neste endereço abaixo, o vídeo traz a demonstração de como seria a adaptação desta luta para o ambiente da escola não indígena, nas aulas de Educação Física.

<https://youtu.be/NKguml7HFHg?si=MGVDnBomEXMSjf9d> (vídeo disponível no canal: Deyse Yan)

É importante lembrar o que o estudante indígena apresenta como relevante de serem ensinados sobre suas práticas corporais, que não se limitam ao momento específico da prática, mas que envolvem outros fatores da comunidade. O momento de celebração, a preparação para a luta e a própria alimentação.

2.3 Práticas corporais dos povos Krikati

Os Krikatis se localizam no estado do Maranhão, possuem família linguística Jê, se autodenominam Krikatijê, que significa “aqueles da aldeia grande”. Vou tratar as práticas corporais destas etnias associadas as suas festas e rituais, são festas anuais, (festas do milho, da batata-doce, de mudança de estação do ano), assim como as festas dos ciclos vitais dos indivíduos (nascimento, morte etc.) falando da importância das práticas corporais, principalmente das danças nestes momentos. A construção destes conhecimentos sobre as práticas corporais dos povos Krikatis são baseadas na entrevista com a estudante da licenciatura intercultural desta etnia, ela traz a ideia de como seria abordar estes conteúdos de maneira intercultural, pois a fala da indígena entrevistada remete a este processo de interculturalidade, além disso ela traz outros aspectos muito importantes, sendo estes:

Educação Indígena: A entrevistada destaca a criação de materiais educativos próprios, como esteiras feitas com palha de babaçu, e o ensino de práticas culturais como

corridas e cantos. A língua materna é priorizada, com o português sendo introduzido como segunda língua.

Figura 7



Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krikat%C3%AD>

Cosmologia Indígena: O ensino da cosmologia indígena é parte integrante da educação, preparando os jovens para a transição para escolas não indígenas na cidade, garantindo que eles tenham conhecimento de ambos os mundos.

Práticas Culturais: As práticas culturais da etnia Krikati incluem danças específicas para mulheres e homens, bem como festas tradicionais como a festa do gavião e a festa de macaxeira. Essas tradições são ensinadas e praticadas com respeito aos rituais e aos anciões. No link abaixo você poderá ver uma reportagem sobre uma festa tradicional do povo Krikati:

<https://globoplay.globo.com/v/2744372/> (vídeo disponível no canal: Globoplay)

Mudanças Culturais: A entrevistada observa mudanças nas práticas culturais devido à influência da escola e da tecnologia, adaptando tradições como a reclusão na oca para se alinhar com o calendário escolar.

Interculturalidade na Educação: A entrevista aborda a importância do respeito mútuo e da valorização da cultura indígena nas escolas não indígenas. Ela menciona a resistência de alguns não indígenas à inclusão da cultura indígena na educação, mas também reconhece aqueles que apoiam essa integração.

Troca de Conhecimento: A entrevistada defende uma troca de conhecimento, onde tanto indígenas quanto não indígenas aprendem as línguas e culturas uns dos outros, promovendo uma verdadeira interculturalidade.

2.4 Práticas corporais dos povos Xerente

Os povos Xerente se localizam hoje no estado do Tocantins, de acordo com Siasi2020 são 3964, a família linguística é a Jê, eles se autodeterminam como Akwê.

AKWÊ

*Além da aldeia Porteira
A verdade certa
Ecoou pelas lideranças
Mostrando a herança
Da riqueza cultural
De forma especial
É preciso valorizar
Ao som do maraca
Nas bibliotecas vivas adentrar
E os anciões escutar
Pra cultura Akwe continuar*

*A pintura é relevante
Da alma radiante
Do povo Xerente
Tenharetê a toda gente
A UMA vem somar
Para do papel tirar
E a cultura fortalecer
Estudar pesquisar
E para aldeia retornar
Todo aprendizado
E o Akawe ser coroado*

*O conhecimento não tem fim
Um trançado tão forte assim
Conhecimento de pikô e ambâ
Com toda a força dos clãs
Os anciões não vamos deixar embora
Sua oralidade na memória
Vamos todos lutar
Com a sabedoria guerrear
Nossa borduna levantar
No cofo depoditar
Língua, pintura carregar
Na energia dos ancestrais
O brilho as olhos dos capinzais*

*A história viva resgatar
Do capim dourado a enfeitar
Como guarda-joia celebrar
E os fios dourados iluminar
As estradas de turês e tares
Todos nós essa é a vez
De bem forte trançar
Buriti, capim entrelaçar
Para o povo akwe viver
Em paz e união e saber*
(Acadêmicos da 1ª turma da UMA indígena do Brasil Tocantins-TO)

Na pesquisa de campo, o entrevistado da etnia Xerente do estado do Tocantins, destaca a importância da preservação cultural através da educação. Dentre os pontos principais destaca-se:

Preservação Cultural: O entrevistado enfatiza a necessidade de transmitir as tradições, como pinturas corporais, danças, crenças e mitos, para as gerações mais jovens. Isso mostra um compromisso com a manutenção da identidade cultural e o respeito aos mais velhos.

Papel dos Anciões: Os anciões têm um papel crucial na determinação das festas culturais, que ocorrem anualmente. A menção da festa tradicional na aldeia fumo em julho exemplifica a continuidade dessas práticas.

Educação e Planejamento: O entrevistado aponta a necessidade de planejamento cuidadoso para incorporar essas tradições na sala de aula, sugerindo que a educação é uma ferramenta vital para a preservação cultural.

Dança como Identidade: A citação “O ensino das danças é valoroso porque é uma identidade, pra que a cultura não possa acabar” ressalta a dança como um elemento central da identidade Xerente e a importância de sua continuidade, como um exemplo de dança o entrevistado citou a Dança da Sucuri. Para compreender mais sobre a dança e suas possibilidades de serem desenvolvidas na escola, assista o vídeo do link abaixo:

Figura 8 – Imagem retirada do vídeo: Dança da Sucurí



Fonte: <https://youtu.be/jpyBPhci-Xg?si=xupzwofuSBRvzo3s>

Jogos e brincadeiras: Dentre as práticas corporais citadas pelo entrevistado, importantes para serem desenvolvidas na Escola foi citada a Corrida de Toras de Buritis. No vídeo abaixo poderá visualizar como ocorre este jogo:

<https://youtu.be/ZBJ4GygLvW8?si=3HJ4SRupYXxAWB8Y> (vídeo disponível no canal: Território de brincar)

De acordo com o site dos povos indígenas do Brasil, o povo Xerente é um dos poucos que continuam com a tradição da Corrida de Toras de Buritis, que está sempre associada a algum rito. Geralmente é praticada por dois grupos que competem, carregando duas toras de tamanhos iguais. Eles partem de fora para dentro da aldeia e se pintam com pinturas específicas, que também são feitas nas toras.

Já os Xavante realizam a corrida com tora, o "Uiwed", entre duas equipes de 15 a 20 pessoas. Eles pintam os corpos e correm mais de cinco quilômetros, revezando até chegar ao "Wa'rãm'ba", o centro da aldeia, onde iniciam a Dança do "Uwede'höre". Na festa do "U'pdöwarõ", a festa da comida, também existe a corrida com tora, mas nesse evento o tronco usado é maior e mais pesado. (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2022)

Disponível em:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-conheca-a-corrída-tradicional-indigena-com-tora>

Figura 9



Fonte da imagem: <https://povosindigenasdobrasil.blogspot.com/2014/08/os-akwe-xerente.html>

2.5 Práticas corporais dos povos Kisêdjê

Os Kisêdjê, que habitam o Parque Indígena do Xingu, são o único grupo que fala a língua Jê. Desde que chegaram à região (provavelmente na segunda metade do século XIX), seu contato com outros povos xinguanos, especialmente aqueles da chamada área cultural do Alto Xingu, levou à adoção de muitos costumes e tecnologias estrangeiras. No entanto, eles sempre mantiveram sua distinção cultural, cujo principal símbolo é um estilo único de canto ritual, que é a expressão máxima de suas individualidades e da maneira de ser da sociedade Kisêdjê. Até algumas décadas atrás, um outro elemento distintivo do grupo eram os grandes discos labiais e auriculares que, mais do que simples ornamentos, destacavam a importância do canto e da audição para esse povo.

Para saber mais sobre os povos Kisêdjê acesse o endereço abaixo:

Figura 10 - Rondó Suyá. Foto: Jesco, 1959



Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kis%C3%AAdj%C3%AA>

Para compreender mais sobre a visão indígena em relação à educação e principalmente as práticas corporais partiremos da análise da entrevista realizada com o estudante desta etnia, ele traz uma visão valiosa sobre a integração da cultura e práticas corporais na educação indígena. Assim como uma perspectiva profunda sobre a visão indígena da educação e do conhecimento, que é intrinsecamente interconectada com todos os aspectos da vida e do cosmos. Os principais aspectos são:

Cultura e Educação Física: O entrevistado destaca que, para os indígenas, não existe uma separação entre cultura e exercício físico. As atividades culturais, como danças e jogos tradicionais, são formas naturais de manter o corpo ativo. Isso reflete uma abordagem holística à saúde e bem-estar, onde a cultura desempenha um papel central.

Inclusão e Participação: Os jogos e brincadeiras mencionados são inclusivos, envolvendo tanto meninos quanto meninas, e são praticados desde a infância até a idade adulta. Isso sugere uma forte ênfase na participação comunitária e no desenvolvimento de habilidades sociais e físicas ao longo da vida.

Educação Alimentar: A entrevista também ressalta a importância da educação alimentar desde cedo. A orientação dos pais e avós sobre hábitos alimentares saudáveis é fundamental para manter o corpo forte e ágil. Isso mostra uma consciência precoce sobre a relação entre dieta e desempenho físico.

Sustentabilidade Cultural: A prática de transmitir esses valores e tradições de geração em geração garante a sustentabilidade da cultura indígena. Ao integrar esses ensinamentos na educação formal, como o entrevistado está fazendo, reforça-se a importância da preservação cultural.

Interconexão do Conhecimento: A entrevista ressalta a impossibilidade de separar as disciplinas em categorias isoladas, como é comum na educação ocidental. Para os indígenas, ensinar sobre o corpo é também falar sobre a alma, o espírito, a história, o canto e a pintura. Isso mostra uma abordagem integrada ao conhecimento, onde cada elemento é parte de um todo interligado.

Educação Holística: A menção de que ao ensinar matemática já se fala de chuva e vento ilustra uma educação holística, onde a aprendizagem não é fragmentada, mas sim conectada com o mundo natural e espiritual. Isso reflete uma compreensão de que tudo está relacionado e que o conhecimento é multifacetado.

Cosmologia Indígena: A cosmologia indígena é descrita como uma biblioteca celestial, onde fenômenos naturais como a chuva e o vento são vistos como parte da família e seres com os quais se pode comunicar. Isso indica uma relação respeitosa e recíproca com o meio ambiente, contrastando com a visão de controle sobre a natureza prevalente em outras culturas.

Importância do Conhecimento Indígena: A entrevista enfatiza a importância de levar o conhecimento indígena para a escola, integrando o cuidado com o corpo, o espírito e a história. Isso sugere um modelo educacional que valoriza a sabedoria ancestral e promove uma compreensão mais profunda da realidade vivida pelos indígenas.

Cosmologia como Prática: Para os indígenas, a cosmologia não é apenas uma teoria, mas uma realidade vivenciada, praticada e cantada. Isso destaca a importância de experiências práticas e vivenciais na transmissão do conhecimento.

Esta entrevista está disponível no endereço abaixo:

<https://youtu.be/WBI5N8mPAwI>

2.6 Os saberes das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar

A Educação Física, assim como a educação brasileira em geral, muitas vezes reflete um viés eurocêntrico decorrente do processo de colonização. Historicamente, a disciplina priorizou conhecimentos de matrizes ocidentais, o que deixou muitos professores despreparados para abordar as práticas corporais indígenas.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta o currículo, incluindo conteúdos de matriz indígena e africana na Educação Física. Por exemplo, a habilidade “EF35EF04” envolve a recriação e experimentação de brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana.

No entanto, a mera inclusão dessas habilidades não garante o desenvolvimento significativo das práticas corporais indígenas ou africanas. A fragmentação e generalidade dificultam uma compreensão mais ampla desses saberes. Além disso, a deficiência nesse conhecimento é histórica e reflete profundas estruturas sociais no Brasil.

Embora seja um avanço que os professores agora tenham diretrizes curriculares, a disposição fragmentada desses conteúdos levanta questionamentos sobre sua efetividade. É essencial que os educadores contextualizem as práticas corporais indígenas, explicando a história, cultura e diversidade das etnias brasileiras. Isso não se trata apenas de reproduzir movimentos, mas de promover reflexões sobre os conhecimentos hegemônicos e valorizar as experiências dos povos indígenas.

As propostas de vivências não devem ser cópias isoladas de práticas específicas, mas sim gerar novos saberes fundamentados nas matrizes indígenas. Ao apresentar jogos, danças e lutas, é crucial contextualizá-los dentro das tradições, rituais e festas de cada etnia. Assim, os estudantes poderão vivenciar uma compreensão mais profunda e significativa das práticas corporais indígenas.

3. O caminho da integração reflexões sobre o presente, o futuro e a ancestralidade

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história que somos humanidade. Enquanto isso-enquanto seu lobo não vem-fomos nos alienando desse organismo que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. O cosmos é natureza. Tudo eu consigo pensar é natureza. (Ailton Krenak, 2020, p.16)

A cultura ocidental se tornou uma das mais abrangentes do mundo, por isso também é nomeada de cultura hegemônica. Basta analisar como são dispostos os conhecimentos da antiguidade, da idade média e moderna, que focaliza a História europeia, que exporta suas instituições e sua cultura para os países colonizados como é o caso do Brasil.

(...) o “Ocidente” é um conceito histórico e não geográfico. Tomamos por “ocidental” o tipo de sociedade (...): desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna. Tais sociedades surgiram em um período histórico em particular - aproximadamente durante o século XVI, após a Idade Média e o rompimento com o feudalismo. Elas foram o resultado de um conjunto de processos históricos específicos

- econômico, político, social e cultural. Atualmente, qualquer sociedade que compartilha essas características, independentemente de sua posição geográfica, pode ser categorizada como pertencente ao “Ocidente”. O significado desse termo é, portanto, idêntico ao da palavra “moderno.” (Stuart Hall, 2016, p.315)

Esta cultura trouxe os valores, as crenças e uma visão filosófica sobre os seres humanos, visão fragmentada, podendo também ser compreendida como perda de uma unidade entre dimensões individuais e coletivas, materiais e espirituais, racionais e emocionais, que compõem a existência humana. “O homem ocidental aprendeu a se fragmentar em uma série de caracteres que não se comunicam mais, que não se reconhecem mais, que não se pertencem mais.” (Foucault, 2006, p.18)

Além disso a sociedade contemporânea, imersa nos paradigmas da modernidade e do sistema capitalista, enfatiza o consumismo de forma crescente. No entanto, essa ênfase no consumo tem um preço: a desconexão entre os seres humanos e a natureza. As estações do ano, outrora marcadas por rituais e mudanças perceptíveis na Terra, no clima e nos animais, agora passam despercebidas. A distância entre nós e o mundo natural é evidente não apenas em nosso modo de vida, mas também em nossos próprios corpos.

A educação, muitas vezes, prioriza a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho, negligenciando a formação de seres humanos conscientes. Seria mais benéfico se nos preocupássemos em compreender e preservar o ambiente que habitamos, cultivando uma conexão profunda com a natureza. Afinal, somos parte dela, assim deveríamos nos compreender, percebendo como o nosso corpo faz parte deste todo.

O que pôde ser percebido em muitos momentos durante pesquisas, tanto dos questionários como nas entrevistas é que esta consciência da relevância da natureza se faz presente no processo de aprendizado dos povos indígenas. Inclusive quando se trata das práticas corporais.

Resumindo: o corpo é o lugar onde reverberam os saberes da mente (intelectual) e os saberes do espírito (emocional). Educar é, portanto, preparar o corpo para sentir, apreender a sonhar. Pode ser também para sonhar, aprender e sentir. Ou ainda, apreender, sentir e sonhar. É um mesmo movimento. É o movimento a *Circularidade*, do Encontro, do Sentido. (Munduruku, p.73, 2012)

Trabalhar esta circularidade, os ciclos que estão presentes, na Terra e na vida humana, seria uma maneira de desenvolver este conhecimento tão relevante para os estudantes, para se autoconhecerem e reconhecerem a natureza. Possível de se fazer através das práticas corporais. Por exemplo nas Danças citadas pelos estudantes indígenas, são danças coletivas, de conexão entre todos, de paridade e de celebrações de tempos, que marcam justamente ciclos.

O corpo, como o local de experiências e saberes, é onde os conhecimentos da mente (intelectual) e os saberes do espírito (emocional) se entrelaçam. Educar, portanto, não se limita apenas ao desenvolvimento intelectual; é também preparar o corpo para sentir, para apreender os sonhos que habitam em nossa essência.

Essa preparação pode ocorrer de diferentes formas: através do sonhar, do aprender e do sentir. Esses processos não são isolados, mas sim um movimento contínuo e circular. É como se dançássemos entre essas dimensões, encontrando sentido e significado.

Para os estudantes, trabalhar essa circularidade é fundamental. Reconhecer os ciclos presentes na Terra e na vida humana nos conecta à natureza e nos ajuda a compreender nossa própria existência. Nas danças coletivas, como em muitas das Danças indígenas, celebramos os tempos que marcam os ciclos naturais.

Assim, ao dançarmos, nos tornamos parte desse movimento circular, movimento que é parte de um todo e que reconecta mente, corpo, espírito e natureza.

3.1 Qual o cenário dos povos indígenas brasileiros nos últimos anos

Este texto resume os principais acontecimentos sobre os povos originários, que tomaram uma proporção nacional na última década. Situações que envolvem problemas sociais, políticos e ambientais. Como esta pesquisa vem problematizar e constatar, durante longo período os povos originários brasileiros, sofreram com inúmeros ataques, que começou com a desumanização por parte dos colonizadores, silenciamento e tentativa de apagar suas existências, um processo longo que repercutiu na diminuição populacional, na invisibilização cultural e na marginalização dos povos originários, porém os movimentos de resistência foram se intensificando, e na constituição de 1988 houve a conquista do direito a demarcação de terras destinadas aos povos indígenas, fundamental para sobrevivência dos povos e de suas culturas, porém este direito vem sofrendo ataques já há algum tempo.

Em 2015, tentaram aprovar um projeto de emenda constitucional a PEC 215-2000, que pretendia passar para o legislativo a demarcação territorial indígena, que é de domínio executivo. Essa PEC foi arquivada, mas não foi a única tentativa contra as terras indígenas e propuseram a lei do marco temporal. Esta lei tem como fundamentação que as terras que foram demarcadas até a Constituição de 1988 seriam reconhecidas como terras indígenas, as outras não, ou seja, além de atrapalhar as demais demarcações, muitos indígenas, muitas etnias perderiam suas terras por serem demarcadas posteriormente à Constituição de 1988.

No governo de 2019 até 2022 houve a propagação de discursos racistas e violentos contra os povos indígenas que contribuíram para ações de invasão de terras indígenas. A desestruturação dos órgãos de proteção aos direitos indígenas e socioambientais como a Funai.

Como consequência do discurso ideológico deste governo de extrema direita, ocorreu o avanço da atividade ilegal, acentuou a violência, acentuou a destruição de áreas de biodiversidade, poluição de rios, fatores que levaram a crise humanitária dos povos Yanomami, e aumentaram os casos de desnutrição e malária.

Em 2022, os indígenas dessa etnia responderam por 10% de todos os casos de malária registrados no Brasil – um número desproporcional, visto que os Yanomami representam 0,013% da população brasileira. Dados obtidos pela agência Sumaúma indicaram que, entre 2019 e 2022, 570 crianças morreram na TI Yanomami, vítimas de problemas evitáveis. No final de janeiro de 2023, o governo federal decretou emergência de saúde pública na área. (Brasil de Direitos, 2023)

A troca de governo em 2023, simbolizou o fim de um governo de extrema-direita, caracterizado pelo incentivo à violência, ataques à ciência e à cultura, perseguição aos movimentos sociais, banalização da destruição dos biomas e ao genocídio dos povos originários.

Um marco importante foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023, que invalidou a tese do marco temporal. Essa decisão foi celebrada pelos povos indígenas. Para compreender melhor sobre os impactos e as conjunturas que envolvem as ações do Marco temporal assista a entrevista com Ailton Krenak, clicando no endereço eletrônico abaixo:

https://youtu.be/YmwzAMP2PnQ?si=Ln9xjNCeJOse_q7D

(vídeo retirado do canal CNN Brasil)

Outro marco importante foi a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a nomeação de lideranças indígenas para cargos importantes, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), foram passos significativos. Como ministra deste ministério foi nomeada Sônia Guajajara. “Tem reconhecimento internacional na defesa dos direitos dos povos indígenas, seus territórios e causas ambientais, sendo eleita uma das 100 pessoas mais influentes de 2022 pela revista Time”. (gov.br. Acesso 10/09/2024).

Sobre a função do Ministério dos povos indígenas:

Tem como objetivo atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas, reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas. (gov.br. Acesso 10/09/2024)

Com todas essas mudanças as esperanças se renovam, apesar da raiz dessa luta mais longa, no processo de colonialidade, as transformações políticas junto com um processo de educação intercultural crítica, poderá ampliar a consciência da sociedade brasileira em relação aos povos originários.

https://www.youtube.com/live/B12M6SREEsW?si=FdyFTZ_gpHqizwYs

(vídeo retirado do canal roda viva)

Referencial bibliográfico

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2006.

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, [ano de publicação]

Brasil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 18/06/2024.

BOXER, C.R. A idade do ouro no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: _____ (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo:FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul**. Espaço Ameríndio, v. 6, p. 178-218, 2012a.

FUNARI, P.P E NOELLI, F.S; **Pré-história do Brasil**; São Paulo: Contexto 2023

FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/huka-huka-a-luta-corporal-do-xingu-contribui-para-manter-viva-a-cultura-indigena-no-mato-grosso> /Acessado em 20/06/2024

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Apicuri, 2016.

KAMBEBA, Marcia. **Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade**. 2ª ed. São Paulo: Pólen, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**/ Traduzido por Marina Appenzeller, ver.trad.Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, A. C. S. **Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade**. In: Lessa, C. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed.2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **O Olhar do Curumim**. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

<https://goias.gov.br/cultura/povos-indigenas-em-goias/> Acessado em 26/06/2024.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-conheca-a-corrida-tradicional-indigena-com-tora/> Acessado em 11/09/2024/ Acessado em 05/09/2024

<https://www.youtube.com/watch?v=Bl2M6SREEsW&t=397s/> Acessado em 06/09/2024

<https://www.youtube.com/watch?v=YmwzAMP2PnQ&t=9s/> / Acessado em 06/09/2024

<https://youtu.be/repPmoz8ozQ?si=KjdcfR3U52CqMywf/> / Acessado em 06/09/2024

<https://youtu.be/vstjEjUtFac> / Acesado em 12/04/2024

<https://youtu.be/fGIGdMkgWzA?si=PcGno4FeS-Y4CcUg> / Acessado em 25/08/2024

<https://youtu.be/fGIGdMkgWzA?si=PcGno4FeS-Y4CcUg> / Acessado em 15/08/2024

https://youtu.be/wONaFbDeOOo?si=zfoU_B17LEIn2sgm /Acessado em 17/08 2024

<https://youtu.be/NKguml7HfHg?si=MGVDnBomEXMSjf9d> /Acessado em 25/08/2024